

28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aos 03 dias do mês de dezembro de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a vigésima oitava reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade do município, senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião quinze (15) conselheiros sendo seis (06) do poder público e nove (09) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares:** Dalva Deodato Taveira, Sônia Regina Barbosa Quirino, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, Leonel Aylon Cantano, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra. **Conselheiros Suplentes:** Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, Águeda Coelho Marques Soares, Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes. **Conselheiros na Titularidade:** Padre Célio Adriano Cintra, Aparecido Ferreira Camargo, Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capela, Juliana Bertazzi Passone. **Com a seguinte pauta: Assuntos:** Discussão e Deliberação sobre a Proposta de Partilha dos Recursos Municipais – exercício 2015; Informação e Deliberação – Rede Cofinanciada pelo Estado e União. O presidente Marcio iniciou a reunião apresentando a pauta que foi aprovada sem alterações. Após, passou ao primeiro assunto referente à Discussão e Deliberação - sobre a Proposta de Partilha dos Recursos Municipais – exercício 2015, passando a palavra para a Secretária de Ação Social, Gislaine. A Secretária cumprimentou a todos e explicou que no dia anterior foi realizada uma reunião com a Comissão de Orçamento do CMAS para discussão da proposta orçamentária para 2015. Gislaine esclareceu que em função do contexto nacional e previsões para o próximo ano, o orçamento foi realizado com muita cautela pela Prefeitura Municipal. Disse que a Secretaria de Finanças definiu o percentual baseando-se na previsão de receitas e despesas, ficando acordado o valor de 5,37% de reajuste para 2015. Afirmou que considera que houve avanço uma vez que será possível a implantação de serviços novos e expansão de vagas de acordo com as pontuações do conselho no decorrer do ano, citando alguns avanços previstos para a Política de Assistência Social do município para 2015, especialmente com relação à Política para Pessoas em Situação de Rua e equiparação de pisos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Justificou o atraso na discussão da proposta orçamentária 2015 referente à subvenção/auxílios e convênios, pois com a publicação da Lei 13.019/2014, a Secretaria de Finanças tinha uma proposta inicial de realizar chamamento público para todos os serviços para o ano de 2015, porém com a prorrogação de vigência da Lei, a SEDAS conseguiu adiar essa ação para o ano que vem. Disse, porém que na Lei Municipal de Subvenções e Auxílios será inserido um item sobre a realização de chamamentos públicos para todos os serviços assim que a Lei 13.019/2014 entrar em vigor, com previsão para o segundo semestre/2015. Dando seguimento a Diretora Administrativa da SEDAS, Sra. Dalva, iniciou a apresentação dos slides com a proposta de

partilha de recursos entre as entidades, que ficará anexo a esta ata. A diretora Dalva disse que fará a apresentação da síntese da proposta que foi acordada com a Comissão de Orçamento. Ressaltou que os conselheiros, membros da comissão, apesar da compreensão e consenso com relação à proposta da SEDAS, manifestaram que o reajuste ficará aquém das necessidades das entidades. Disse que o Orçamento Municipal para a Secretaria de Ação Social/Fundo Municipal de Assistência Social para transferência às entidades de Assistência Social através de Subvenção/Auxílio e Convênios será de **R\$ 16.724.729,21** (Dezesseis milhões, setecentos e vinte e quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos), sendo **R\$ 9.299.088,48** (Nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos) correspondentes a Subvenção e Auxílios e **R\$ 7.425.640,73** (Sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta reais e setenta e três centavos) orçado para celebração de convênios, já considerando os serviços novos a serem implantados em 2015. Dando seguimento explicou que todos os serviços tiveram um reajuste de 5,37%, exceto o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças que anteriormente era R\$120,00 (cento e vinte reais) e com a equiparação de pisos para todos os ciclos etários desse serviço, ficou **R\$167,00** (cento e sessenta e reais). Em seguida apresentou os pisos reajustados de todos os serviços: Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias no Domicílio - **R\$593,00** (quinhentos e noventa e três reais); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias em Unidade Referenciada – **R\$147,50** (cento e quarenta e sete reais e cinquenta centavos); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias no Domicílio - **R\$593,00** (quinhentos e noventa e três reais); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – Centro Dia do Idoso - **R\$849,70** (oitocentos e quarenta e nove reais e setenta centavos); Serviço Especializado de Atendimento a Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas – LA e PSC – **R\$339,00** (trezentos e trinta e nove reais); Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade Acolhimento Institucional para Idosos - **GRAU I – R\$ 698,00** (seiscentos e noventa e oito reais), **GRAU II – R\$849,70** (oitocentos e quarenta e nove reais e setenta centavos) e **GRAU III- R\$963,00** (novecentos e sessenta e três reais); Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Situação de Rua – modalidade Abrigo Institucional - **R\$58,00** (cinquenta e oito reais) com previsão orçamentária para um período de 04 meses e após o município irá realizar um chamamento público para execução do serviço por convênio. Lembrou que com relação à Casa São Camilo, conforme deliberação anterior do colegiado, o cofinanciamento para execução do Serviço de Acolhimento de Idosos é calculado para 22 dias e também foi reajustado no mesmo percentual. Em seguida Dalva esclareceu que foram mantidas o número de vagas cofinanciadas em 2014, com exceção da ampliação de 20 vagas para o Serviço de Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua – modalidade

77 Abrigo. Está previsto também a expansão de 08 vagas para Serviço de Acolhimento
78 Institucional para Crianças e Adolescentes, sendo instalada mais uma casa lar. Explicou que
79 para 2015 todos os convênios já firmados serão mantidos e reajustados em 5,37%. Lembrou
80 que o convênio para o SCFV de crianças e adolescentes para 150 vagas das regiões Centro
81 e Sul, está em fase final de elaboração do Edital. Dando seguimento Dalva apresentou a
82 proposta de reordenamento da APAE, que foi discutida com a equipe de monitoramento. A
83 Entidade fará a adequação e enquadramento dos usuários nos serviços socioassistenciais
84 tipificados, porém sem alteração no valor recebido atualmente, sendo aplicado o reajuste de
85 5,37%. A mesma executará três serviços, que são: Serviço de Proteção Social Especial para
86 Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – em Unidade Referenciada; Serviço de
87 Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias em Centro
88 Dia e Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas
89 Famílias no Domicílio. Tina ressaltou que a APAE tem uma diversidade muito grande de
90 público e de atendimentos, e que esse é apenas um início, sendo necessária a análise e
91 adequação, especialmente no que se refere ao número real de atendidos em cada serviço.
92 Prosseguindo, Dalva apresentou a proposta de implantação de novos serviços e expansão
93 de vagas para 2015, salientando que todos serão feitos por Chamamento Público e
94 Celebração de Convênio. Citou o Serviço Especializado em Abordagem Social, que hoje é
95 executado pelo Centro POP, porém sem equipe específica para esse atendimento. Disse
96 que o município está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto a proposta é
97 realizar chamamento público para execução por entidade selecionada. Para o Serviço de
98 Acolhimento Institucional para Adultos e suas Famílias - Modalidade Abrigo Institucional,
99 que já está sendo executado, também será realizado chamamento público com a celebração
100 de convênio, com a ampliação de 20 vagas. O Serviço de Acolhimento Institucional para
101 Adultos e suas Famílias - Modalidade Casa de Passagem, também será implantado,
102 considerando a necessidade de atendimento à população que se encontra transitoriamente
103 no município ou até mesmo as famílias que são despejadas e não tem local de acolhida.
104 Ressaltou que com a implantação desses serviços para Pessoas em Situação de Rua o
105 município efetiva o compromisso assumido na gestão anterior por meio do reordenamento
106 para essa população. Como já citado anteriormente está previsto também a expansão de 8
107 vagas para Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. Disse que o
108 valor orçado para esses serviços novos e expansões são previsões, pois os custos ainda
109 estão sendo feitos, podendo sofrer alterações. Dalva comunicou que o Pestalozzi não irá
110 executar o SCFV em 2015 e que com essa sobra de recurso foi possível equiparar o piso
111 dos SCFV. Cloves lembrou que o aumento no valor total de orçamento de 2015 refere-se
112 também aos recursos de convênios que anteriormente não ficavam alocados no Fundo
113 Municipal. Marcio salientou que os recursos serão definidos como Custeio. Ressaltou,
114 porém, que as entidades que necessitarem de utilizar parte dos recursos para Auxílio,

deverão protocolar uma solicitação e com a anuência do colegiado, será feita alteração na Lei. Dalva sugeriu que o Órgão Gestor faça uma consulta às entidades, no início do ano, sobre essa necessidade de alteração da rubrica orçamentária e assim poderá ser feita uma única Lei. A conselheira Juliana questionou se não há previsão de implantação de Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes. Em resposta Dalva disse que essa é uma proposta para o ano de 2016. Após os questionamentos e considerações dos conselheiros, passou-se a votação sobre a partilha de recursos para 2015, da forma como foi apresentada, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida foi apresentada uma proposta de alteração na rede socioassistencial, cofinanciada com recursos do Estado e União. As alterações propostas com relação ao Fundo Estadual da Assistência Social são as seguintes: na Proteção Social Básica – o recurso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes no valor de **R\$46.968,00** (quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais) será direcionado na sua totalidade para a INFACAPE; - Manutenção do repasse anual de **R\$ 5.359,20** (cinco mil, trezentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos) para a APAE referente ao Serviço para Pessoas com Deficiência Egressos da Educação, por ser específico. O Piso Social São Paulo, no valor anual de R\$17.621,90 (dezessete mil seiscentos e vinte e um reais e noventa centavos), que no ano de 2014 foi direcionado para a Casa de Acolhida Filhos Prediletos, em 2015 a proposta é que esse recurso seja aplicado nas ações do Centro POP. Na Proteção Social Especial o recurso do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos será direcionado 100% para a Fundação Espírita Judas Iscariotes - **R\$ 97.200,00** (noventa e sete mil e duzentos reais). Com relação aos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, a única alteração proposta refere-se ao recurso da Proteção Social Especial - Piso de Transição de Média Complexidade que será direcionado para APAE com o valor anual de R\$24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais) uma vez que a DRADS já sinalizou que esse recurso não pode ser repassado para a ADEFI, que executa um serviço da Proteção Social Básica. Dalva ressaltou que essas alterações não ocasionarão diminuição e nem aumento dos recursos recebidos pelas entidades, sendo feito o ajuste pelo município. Os quadros com os valores e rede executora conveniada do Estado e União estão anexados a esta ata, por meio do Anexo I e II, respectivamente. A proposta de alteração da rede privada conveniada pelo Estado e União apresentada também foi aprovada pelo colegiado. Cloves questionou sobre a proposta do IJEPAM ao Órgão Gestor referente ao reordenamento do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, na qual a entidade se propõe a pagar o aluguel das casas e a Prefeitura financia todo o mobiliário. Dalva e Marcio disseram que essa proposta ainda não foi discutida com a Secretaria de Finanças e sendo possível, esse assunto será discutido na próxima reunião do conselho. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e ata lavrada pela Secretária Executiva do CMAS.